

# DESIGN, CORPOS TRANS E ATIVISMO

## *DESIGN, TRANSGENDER BODIES AND ACTIVISM*

SOUZA, Rafael Ricarte de; Mestre; PUC-Rio

rafael\_ricart@me.com

PORTINARI, Denise B; Doutora; PUC-Rio

denisep@puc-rio.br

ALTMAYER, Carlos Guilherme Mace; Doutor; ESDI

galtmayer@esdi.uerj.br

### **Resumo**

Este artigo versa sobre as possibilidades de pensar ativismos através de práticas em design participativo com pessoas trans. Como método, ensaiamos uma proposta a partir da confecção de cartazes com o objetivo de criar protótipos e apontar possibilidades quanto ao uso de representações de corpos trans, apoiados pelo método participativo apontado por Spinuzzi. É um estudo de caso com revisão de literatura assistemática. Enquanto revisão de literatura, percorremos o design participativo e buscamos identificar pontos em comum com práticas ativistas as quais pretendemos ampliar a partir deste primeiro encontro. Apontamos alguns caminhos a partir de movimentos LGBTQIA+ como a base para pensar nossas ações. Como resultados, apontamos e questionamos como o design participativo deverá se dar através da democracia.

**Palavras-Chave:** design; corpos trans; ativismo.

### **Abstract**

*This article discusses the possibilities of thinking activism through participatory design practices with trans people. As a method, we propose an approach involving the creation of posters with the aim of developing prototypes and identifying possibilities regarding the use of representations of trans bodies, supported by the participatory method indicated by Spinuzzi. This is a case study with an unsystematic literature review. In our literature review, we explore participatory design and seek to identify common points with activist practices, which we intend to expand upon from this initial meeting. We highlight some pathways based on LGBTQIA+ movements as the foundation for contemplating our actions. As outcomes, we highlight and question how participatory design should occur through democracy.*

**Keywords:** design; transgender's bodies; activism.

## 1 Ponto de partida

Em 2019, em São Luís, Maranhão, o ambulatório de sexualidades, anexo do Hospital Universitário Materno Infantil (HU-UFMA), reunia pessoas trans que se encontravam quinzenalmente, formatando o grupo terapêutico, cujo objetivo era discutir problemáticas sobre sexualidade, desejos, aspirações (entre outros assuntos) de pessoas em processo de transição de gênero. O grupo era composto por profissionais da saúde, como psicóloga, sexóloga e médicos residentes. Durante as reuniões, estes profissionais utilizavam o álbum seriado, um material gráfico e educativo da empresa *Semina*, que produz, também, modelos anatômicos. O álbum é composto por ilustrações correspondentes à estrutura corpórea de corpos cisgêneros. Esse material, na ausência de representações de corpos trans, impossibilitava o seu uso para ilustrar as mudanças corporais (a realidade das pessoas que frequentavam o espaço), promover autocuidado e saúde, assim como a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Destaca-se, então, nas ilustrações, a incompatibilidade com a realidade da população trans, conforme vemos na imagem a seguir.



Figura 1. Álbum seriado para planejamento familiar. Representação de corpos binários.

As inquietações foram apresentadas aos profissionais da saúde pelas mulheres e homens trans que frequentavam o ambulatório. Ainda sobre este trabalho, em uma pesquisa anterior, na em uma dissertação de mestrado acadêmico (intitulada Design participativo com usuários transgêneros: métodos para produção de representações simbólicas, disponível na base de dados da Universidade Federal do Maranhão – UFMA), um grupo de pessoas trans desenhou à mão livre um conjunto de 56 ilustrações de acordo com a compreensão de seus corpos. Em seguida, os desenhos foram impressos em papel adesivo para que um segundo grupo de pessoas pudesse indicar possibilidades de estruturação de corpos trans. Dessa forma, segundo a pesquisa, fora possível identificar e levantar algumas possibilidades, alguns indícios que apontam para possíveis representações e estruturas destes corpos e, assim, pensar em um material adequado para o grupo.



Figura 2 – Estrutura e representação de corpos trans.

O objetivo da dissertação era o de compreender as possibilidades de representação de um corpo transgênero e, assim como em toda pesquisa, deixou outras questões abertas e apontou para outros horizontes que agora nós resgatamos. Os desenhos feitos pelas pessoas do ambulatório foram adaptados para ilustrações com cores e texturas, para enriquecer a representação. Mas, o que fazer com esses desenhos? Quais possibilidades podemos reivindicar com esses corpos dissidentes?

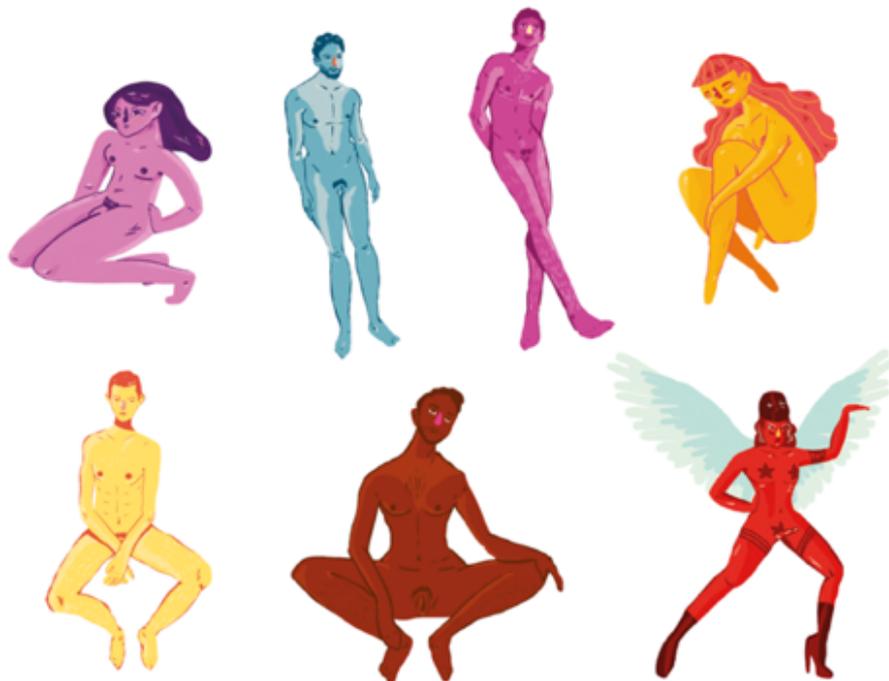


Figura 3 – Ilustrações de corpos trans – releitura.

Duas grandes inquietações norteiam e orientam a construção deste escrito. Em primeiro lugar, colocar em xeque e entender o que é dito como design participativo, uma vez que a participação vem com muita força a partir do campo que iniciamos neste trabalho. Em segundo

lugar, tentar delinear o design ativismo e apresentar como é possível fazê-lo com a participação de pessoas trans. Vale a ressalva de que não se trata de uma construção ou ressignificação de nomenclaturas, mas de apresentar delimitações e restrições, colocar os “pingos nos is” e pontuar do que se trata e até onde é possível alcançar com esses designs. Destacamos que os resultados são apresentados antes das considerações finais, uma vez que o design ativismo, por assim dizer, aparece nas propostas que foram ensaiadas antes da construção deste escrito. Ou seja, as ilustrações apoiam as propostas da comunidade trans (grupo de pessoas que participam desta pesquisa desde o seu início) e sempre retornam para uma proposta de reivindicação/militância/ativismo. Desta feita, apresentamos a seguir os primeiros ensaios.

## 2 Ensaio de ativismos com ilustrações de corpos trans

A partir da disciplina de desenho expandido, conduzida pelo professor Carlos Eduardo Costa, e das leituras sobre experiências de cartografias de Jean-Marc Besse (2014), ensaiamos uma atividade que inicialmente tinha por objetivo registrar e mapear um território a partir do desenho na cidade. Para isso, produzimos 1000 adesivos com estampas de corpos trans para auxiliar nesse mapeamento e, assim, compreender um espaço que valorize a importância de registrar corpos dissidentes na rua. Os adesivos foram impressos e distribuídos, livremente, para pessoas pelas ruas de São Luís, para que colassem em algum ponto e marcassem no Instagram a posição onde haviam sido colados, possibilitando o mapeamento. Essa atividade, no entanto, abriu espaço para pensar a ampliação para um ativismo mais direcionado: como ampliar o uso dessas imagens em ativismos pelas ruas de São Luís?



Figura 4 – Adesivo na Estação da Luz, São Paulo.

Essa atividade foi expandida e replicada nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideo. Isso nos trouxe o entendimento de que essas imagens causam fissuras no que conhecemos por heteronormatividade; pequenas imagens, fixadas nos mais diversos lugares, causam estranhamento. A atividade rendeu alguns comentários e novos seguidores no perfil dedicado ao projeto (*@transgallery*). As imagens, de alguma maneira, operam no imaginário de quem as observa passando pela cidade. Com isso em mente, com esse pequeno ato ativista, identificamos, mais uma vez, o poder ativista que as ilustrações possuem e, assim, partimos para uma abordagem corpo a corpo, com um grupo de participantes que haviam participado

anteriormente. Elas foram acionadas para um encontro com o objetivo de criar protótipos e vislumbrar novos cenários, outros destinos para as ilustrações.

## 2.1 Futuros Possíveis

Com o objetivo de compreender possíveis desdobramentos a partir do uso das ilustrações, seja na reivindicação de direitos da população trans de São Luís, seja na promoção de conteúdos educativos, arte, ativismo, entre outras possibilidades, planejamos um encontro com homens e mulheres trans para prototipar algumas possibilidades. Inicialmente amparados pelo design participativo, o encontro se deu dentro de uma instituição de ensino superior, na qual um dos pesquisadores é docente e possui acesso livre para realizar atividades acadêmicas. Desta feita, quatro pessoas atuantes em movimentos artísticos, acadêmicos e presentes na militância em São Luís foram convidadas a participar: dois homens trans e duas mulheres trans/travestis (sendo uma artista, performer e pesquisadora, a segunda formanda em psicologia e palestrante sobre sexualidade humana e transexualidade, um homem trans graduando em design e o outro tatuador profissional, por fim um docente/designer cis/gay).

Amparados pelo método de design participativo apresentado por Clay Spinuzzi (2005), que pressupõe três grandes etapas: processo de familiarização, processo de descoberta e prototipação, partimos para o processo de descoberta e prototipação, uma vez que havíamos estabelecido contato prévio entre os envolvidos, por estarmos diretamente inseridos no dispositivo e dialogando sobre questões de gênero no município de São Luís. Assim, após marcarmos um encontro, optamos por criar proposições, de acordo com cada integrante, para possíveis desdobramentos e usos das ilustrações de corpos trans.



Figura 5 – Prototipando futuros: o que faremos com estes desenhos?

Na altura, cada participante optou por reproduzir graficamente, através de desenhos, palavras, frases, descrições, colagem, entre outros. Tínhamos à nossa disposição uma série de instrumentos de desenho e escrita, alguns materiais de escritório como fita adesiva, cola, papel

formato A3, massa de modelar, uma espécie de caixa de ferramentas de desenho para que fosse possível várias formas de representar o que cada participante tinha em mente quanto ao uso das ilustrações.

Os resultados, em síntese, apontam para: arte e ativismos, campanha educacional em universidades e escolas e material didático. Destacamos, enquanto grupo, o poder político dessas imagens e despertamos o olhar para o trabalho (tensionamento da heteronormatividade) que elas realizam enquanto estão na rua. A seguir, apresentamos cada proposta desenvolvida em grupo e algumas considerações.



**Figura 6** – Cartazes: bixa, bixa dona do mundo!, Trans 101010101 – minha identidade é não binária.

Aqui temos os seguintes cartazes: "Bixa, bixa, dona do mundo" e "Trans 10101010101010101" (em referência aos números binários). Essas ilustrações apresentam, segundo seu autor, a manifestação de um corpo trans que não é necessariamente binário. Ao autodeclarar-se homem trans, não se cria imediatamente uma correspondência à cisgeneridade, ou seja, ao se perceber e identificar-se enquanto homem trans, não significa ser um homem hétero. O autor destas ilustrações declara não ser binário e pede respeito ao seu nome (essa pode ser um indício para uma discussão de passabilidade, que podemos retirar da dissertação de uma mulher trans, preta, pesquisadora em São Luís). Destacamos, a partir de então, que para além das representações do corpo (o que está dito de forma representacional, ilustrado pelos desenhos), outras nuances da transexualidade devem ser consideradas.



**Figura 7** – Cartazes: Furya Travesty

A artista, performer e pesquisadora que apresentou esta proposta utilizou recortes nas ilustrações impressas e realizou intervenções sobre um cartaz previamente elaborado, que tinha por objetivo apenas ilustrar possíveis usos das imagens disponibilizadas para todas as pessoas do grupo (assim como os demais materiais para desenho, pintura, etc.). "Furya Travesty" é uma pixação da artista que está presente em suas performances. Segundo ela, as ilustrações carecem de mais representatividade e os corpos que elas apresentam são "corpos hétero-ortodoxos", no sentido de que eles representam apenas corpos magros, passáveis, ou seja, alinhados à heteronormatividade, homens trans que já realizaram mastectomia, mulheres trans com silicone, etc. Suas considerações abrem outros parênteses e questionamentos, uma vez que as ilustrações derivam do conjunto de 56 representações simbólicas feitas por todos os integrantes do grupo terapêutico, embora tenham sido relidas e adicionadas cor e texturas.

O segundo cartaz apresentado traz alguns cortes transversais unindo genitais aos corpos, falo atravessando vulva, vulva no lugar da cabeça, testículos e cérebro, etc. De maneira superficial, tentamos interpretar essa intervenção como uma ruptura em todos esses signos (desta proposta) em contraponto com a sexualidade humana. De certa forma, não há uma leitura precisa sobre a proposta, mas sim a compreensão de que há ainda muito a se discutir e que, aparentemente, um caminho é através da imagem, e da arte.

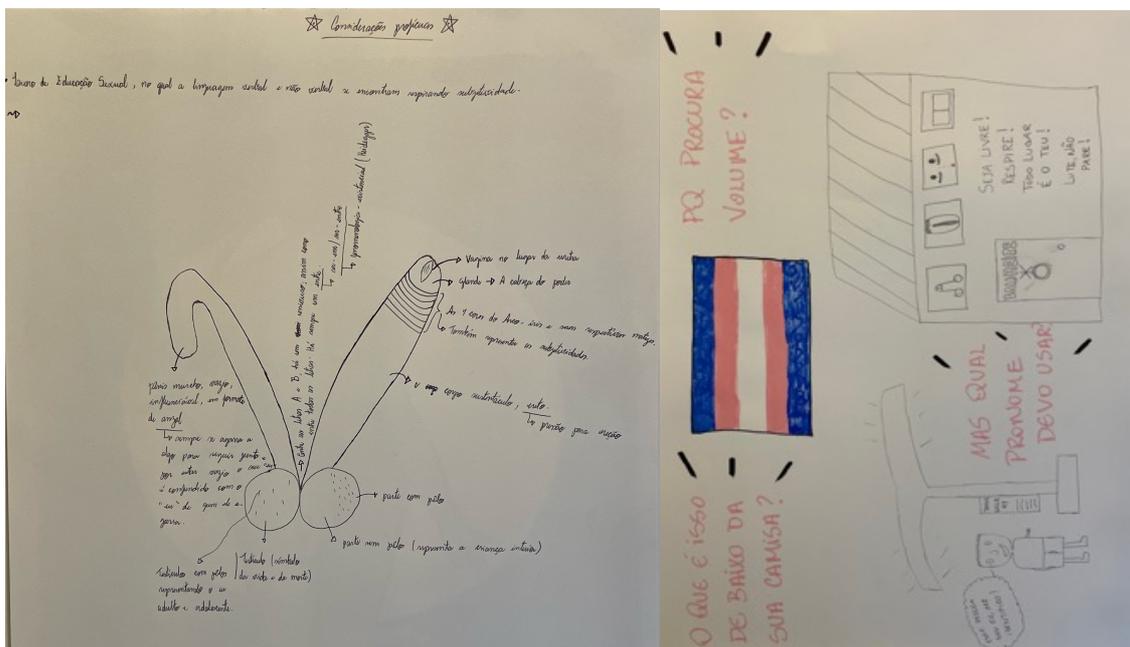


Figura 8 – Cartazes: material educativo/campanha e cartaz para ativismo na rua.

Os dois últimos apontam caminhos divergentes. Um preocupa-se em inaugurar um objeto fálico que aparentemente apresenta duas versões de si, um ereto e o outro murcho (conforme está descrito). Na imagem da esquerda, identificamos alguns indícios que apontam para rupturas da heteronormatividade; um pênis com as cores da bandeira LGBTQIA+, uma “microvagina” no lugar da uretra etc. Uma proposta que vai de encontro ao manifesto contrassexual de Paul B. Preciado, quando: “A contrassexualidade não é a criação de uma nova natureza, pelo contrário, é mais o fim

da natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros” (PRECIADO, 2014, p. 21). Já o segundo cartaz busca, de maneira direta, reclamar por espaços (internos e externos) os quais possam servir de diálogo direto com pessoas trans, assim como algumas provocações dadas por pessoas cis às pessoas trans: "o que é isso debaixo da sua camisa?" (em referência ao binder, acessório que homens trans utilizam para deixar mais sutil, ou esconder, as mamas). Todo esse material abre espaço para pensarmos em outras possibilidades e reforça o anseio por práticas ativistas através do uso de imagens produzidas pela própria comunidade.

### 3 Ativismos LGBTQIA+

Tomando o ativismo como base para ações que reivindicam direitos da população LGBTQIA+, desde *Stonewall inn*, *ActUp new York*, as ações de Indianarae Siqueira, travesti brasileira, Claudia Pía Baudracco ativista e travesti argentina, buscamos nesses movimentos e pessoas a base, a estrutura para desenvolver as ações que serão aplicadas em grupo com homens e mulheres trans e travestis que são partes muito importantes nesta pesquisa



Figura 9 – Da esquerda para direita: ActUp NY, Claudia Pía, Indianarae Siqueira.

Essas imagens contêm a rua como um cenário em comum. Entendendo o design ativismo com um enraizamento do design social (conforme ele aparece no *design activism* de Fuad-Luke) temos por objetivo trazer para tensionamento esses designs e como elas se dão no campo, com o intuito de identificar abordagens possíveis e enriquecer ainda mais a nossa proposta que começa a se desdobrar. Sobre o design social, Rodrigues (2020) apresenta a seguinte consideração:

(...) existe uma infinidade de nomenclaturas adotadas pelos praticantes do design “social”, dentre elas: Design Centrado no Humano, Design Centrado em Pessoas, Design Comunitário, Design como Auxílio ao Desenvolvimento, Design Social, Design para o Impacto Social, Design para Inovação Social, Design para a Base da Pirâmide, Design Humanitário, Design Socialmente Responsável ou Design Socialmente Responsivo (RODRIGUES, 2020, p. 139).

Segundo o autor, que se apoia sobre o pensamento de outros autores, a imprecisão da nomenclatura reside na sutil diferença entre os termos e que todos poderiam se formatar dentro do design social, como um termo guarda-chuva, que formatam práticas que compartilham princípios sociais, o que nos leva a questionar: então todo design é social? Qual social? Como me aproximar do design social e como ele pode dialogar com minha pesquisa? Essa noção de um design social engendrado nos moldes do fazer design, intrinsecamente ligado ao projeto como conhecemos, certamente apresenta grande problemáticas e falhas.

Recortando para o design ativismo, que também é foco da discussão nesta pesquisa, ele aparece em Alastair Fuad-Luke como uma espécie de pensamento de design imaginado e

praticamente aplicado de maneira consciente, ou não, com o objetivo de criar contra-narrativas para gerar e criar equilíbrios sociais, institucionais, ambientais e econômicos (FUAD-LUKE 2009). O autor também divide os ativistas entre interessados no antropocêntrico e biocêntrico e complementa que os ativistas estão interessados em inculcar mudanças que favoreçam sua “visão de mundo”. Fuad-Luke (2009) define os ativistas como:

os que realizam o ativismo, podem pertencer a redes sociais, movimentos ambientais ou políticos que são localizados ou distribuídos, e que são com base em ações coletivas e/ou individuais. Eles são frequentemente aliados ou são os fundadores de movimentos sociais (Fuad-Luke, 2009, p. 5).

Entretanto, destacamos que não se trata puramente de uma visão de mundo quando se busca reivindicar direitos mínimos para populações minorizadas e inferiorizadas, e sim de tentar assegurar vidas mais vivíveis, como cita Judith Butler (2003) e isto está diretamente ligado às reivindicações de pautas LGBTQIA+. Tais manifestações não se dão através de um design social, hierarquizado, e sim através de maneira a romper com algumas lógicas de funcionamento do sistema capitalista e do próprio design. Os movimentos ativistas como o ActUp por exemplo, se deu pela reivindicação de campanhas de prevenção, na busca por medicamentos e pesquisas direcionadas a epidemia de HIV que se desenrolava pelo globo. De maneira aparente, nenhuma ação fora desenvolvida por designers, não havia designers, havia pessoas lutando por suas vidas e pelas demais. As ações eram tomadas de maneira conjunta, embora houvesse papéis a serem desempenhados, fato este que muito nos interessa.

Sobre ativismos trans, destacamos o trabalho de Claudia Pía, no livro publicado na Argentina com diálogos e imagens de Claudia e sua caminha desde 93 quando retorna ao país e percebe a rigidez do estado sobre pessoas LGBTQIA+s:

Mas, além do trabalho direto que fizemos com as companheiras, fomos documentando o número de prisões que houve na população trans para as famosas estatísticas policiais, e as prisões de lésbicas, homens trans e homossexuais, gays, que naquela época, eles continuaram a receber nada mais do que verificações de antecedentes ou estatísticas. Homens homossexuais receberam o artigo 2.h, que dizia “incitação carnal de pessoas do mesmo sexo” (AVERSA; MÁXIMO, 2021, p.17).

Anos após seu retorno, em 1997, Claudia e mais um grupo de mulheres trans/travestis formam sua primeira organização (oficialmente). Desde o começo elas reivindicavam programas de prevenção contra HIV e lutavam contra os estigmas que recaíam sobre as travestis. Em 2006, formaram o primeiro grupo ativista da América Latina, que se consolidaram, depois de alguns anos, em um grupo e que reivindicavam políticas públicas:

Entre 2006 e 2008, houve um primeiro grupo de ativistas da América Latina que estiveram conectados por uma reunião da ILGA no Chile, e passamos a ter alguns dados de outros países. e nós vimos isso viemos com um movimento muito organizado, forte, mas também percebemos que era o único país que havia legislado vinte e quatro vezes para proibir a homossexualidade e cross-dressing, então a sexualidade livre estava sendo proibida e identidade de gênero muito mais livre. (AVERSA; MÁXIMO, 2021, p. 22).

#### 4 Design participativo: como o percebemos

Com a possibilidade de levar essa simples atividade de colar adesivos, foi possível perceber a capacidade de ampliação de um ativismo que começa a apontar, ainda numa escala micro, de forma autônoma. Entretanto, destacamos que esta tarefa ganha força quando nos lançamos em busca da construção de grupos que se fortalecem através de objetivos em comum. É com esse olhar

que objetivamos construir grupos e desenvolver práticas participativas (de maneira democrática e horizontal) para, então, desdobrarmos nossas ações.

Dessa forma, destacamos a importância de tensionar o campo do design participativo, quando identificamos alguns pontos fragilizados enquanto e quando sua abordagem se dá através de uma mediação. Assim, trazemos o questionamento: é possível que esses movimentos (ativistas ou não) se deem de forma desierarquizada? Como isso acontece na prática?

Nossa preocupação é em torno da continuidade do movimento que pretendemos iniciar, uma vez que ele precisa ter alguma base mínima (ser reconhecido enquanto movimento social, ter alguns registros, ter alguma fonte para custear as ações e os envolvidos, ter uma pauta organizada etc.). Antes disso, também é nossa preocupação identificar como essas ações podem acontecer sem a condução e centralização do designer, uma vez que identificamos que o design participativo, conforme ele aparece, se dá através de uma mediação entre designer/pesquisador e sindicato. Desta feita, trazemos essa tensão para este artigo.

#### 4.1 Futuros Possíveis

Dos anos 80 para os dias atuais destacam-se as novas áreas com as quais o design passa a se ocupar e pensar e isso começa surgir a partir da introdução de ferramentas e abordagens das Ciências Sociais (BOTERO, 2013) como uma forma de atribuir mais uma camada de confiabilidade nas pesquisas de mercado, dando destaque e importância para outras dimensões além da usabilidade. Com isso, as discussões no design centrado no usuário caminham para a compreensão de outros fatores, como, por exemplo, o design de experiência, design emocional, design de interação, entre outros. Nesse sentido, alguns designers passam a conceber melhor a noção de que os fatores humanos devam ser amplamente discutidos, fugindo um pouco da definição ou classificação de usuário. Certamente essa tenha sido a abertura necessária para o surgimento de novos olhares e para as diversas áreas com as quais o design pudesse dialogar.

Pouco tempo antes, na década de 70, começava a surgir o que hoje chamamos de design participativo. Pelle Ehn, sueco e professor da Universidade de Malmo, que atuou como um dos nomes mais importantes no surgimento do design participativo, embora seja atribuído a ele o aparecimento dessa vertente do design, Ehn atribui a sua “fundação” a Kristen Nygaard, até então seu mentor. Em um artigo intitulado “*Learning in participatory design as a I found it*” (1970-2015), Ehn (2017) cita que a estratégia de produção local do conhecimento, a qual o autor apresenta como uma estratégia democrática; trata-se de livros didáticos e cursos para preparar os trabalhadores para uso dos equipamentos eletrônicos, quando surge a introdução dos computadores no ambiente de trabalho dos metalúrgicos. Ou seja, adiciona-se a complexidade no dia a dia dos operários com o uso dos equipamentos e que logo seriam necessários para a modernização do sistema de produção local, à uma nova formação pela qual os operários deveriam ser submetidos. Como citam Portinari; Nogueira (2016), apoiados no pensamento de Walter Benjamin, sobre a ausência da criticidade sobre aquilo que é produzido: “o artista que coloca sua arte em prol da revolução, mas que não é capaz de problematizar e repensar os próprios dispositivos internos envolvidos em seus processos de produção” (PORTINARI; NOGUEIRA, 2016, p. 36).

Paradoxalmente, Ehn (2017) cita no parágrafo anterior que apesar do seu inglês ruim, uma outra linguagem era necessária naquele momento, uma linguagem na qual designers/pesquisadores fossem capazes de participar solidariamente na luta de classes no ambiente laboral e apoiassem a democratização do local de trabalho. Mas, o potencial democrático ao qual ele se direciona, refere-se a alguma forma de assegurar (ou restringir, embora renunciando

à subjetividade) a influência dos usuários finais na implementação e utilização de uma tecnologia.

Talvez o quê Ehn também não tenha destacado, embora extremamente importantes, sejam os impactos da ação do designer (mais uma vez) nessa “democracia” que ensina ao operário novas formas de operar e continuar engendrado no sistema, tanto ao de produção, quanto no capitalista e, antes disso, mencionar que “grupos sindicais locais nos locais de trabalho, estiveram no centro da estratégia de produção do conhecimento local” (EHN, 2017, p. 24) ou seja, destacar o envolvimento de um sindicato como um segundo mediador (seguido do designer/pesquisador) no processo de participação, ou seja, sempre intermediando a fala dos operários, e isso buscamos evitar a qualquer custo.

É importante frisar que essa estratégia de mediação, originalmente, composta por pesquisador(es) e sindicato, ajudou a formatar o projeto DEMOS (planejamento e controle democrático na vida profissional): “(...) Seu objetivo principal era desenvolver conhecimento sobre planejamento, controle e uso do computador que proporcionasse o aumento da democracia no espaço cotidiano dos trabalhadores” (RODRIGUES, 2020, p. 165).

Vale aqui mencionar, que o DEMOS project for transformado em um modelo que serviria como base para auxiliar trabalhadores diante de negociações judiciais, mas mantinha uma conexão direta com o sindicato e assim os métodos de investigação eram diferentes dos tradicionais (RODRIGUES, 2020). Ou seja, o DEMOS project começa a trazer a ideia de que novos métodos eram necessários uma vez que as investigações partiam das decisões gerenciais das empresas, e por consequência, isso ajudou a formar o que hoje conhecemos como um processo participativo, “a ideia de que os processos de design devem ser presididos por um sistema objetivo e despidos de qualquer subjetividade é responsável por ampliar sua distância de uma prática política” (PORTINARI; NOGUEIRA, 2016, p. 35).

Rodrigues (2020) chama de método de trabalho do DEMOS essa fórmula de sistematização de um processo de pesquisa-ação na qual os sindicatos organizavam grupos de investigação, chamando os participantes de pessoas-recurso, traziam dos trabalhadores demandas para solucionarem, gerando assim outra relação de dependência: demanda + pesquisadores = solução.

Pontuamos aqui, a decisão e poder de escolhas que vêm sendo mediado sempre por figuras que não estão em posições de horizontalidade, ou seja, existe uma certa hierarquia configurada até então, fato que nos coloca diante de questionamentos iniciais: como fazer de forma horizontal com pessoas trans? Seria possível não haver hierarquias uma vez que o movimento deveria ser liderado pelas pessoas trans? E qual o nosso papel enquanto designers? Será que elas (as pessoas trans) precisam de nossa participação?

Quando pensamos em uma abordagem que considere a democracia, pensamos em levar o poder de decisão, bem como a capacidade crítica de poder decidir ou escolher, para as mãos dos operários (em nossa pesquisa as pessoas trans) e não dos designers, ou ainda pior, dos sindicatos/sindicalistas, que dialogam diretamente com gerências administrativas.

Não se trata, portanto, unicamente de criticar os feitos e renunciar ou diminuir os ganhos que o projeto trouxe para os trabalhadores, na manutenção de seus trabalhos e talvez promovendo algum tipo de conhecimento, mas sim, trata-se de questionar (sempre) a abordagem, os métodos e o quê isso causa de impacto negativo, conforme já mencionamos, as relações de interdependência, bem como, as relações entre empregador e empregado, e ir além, como isso passa a ser visto e aproveitado pelas empresas que, no cenário atual, igualmente oferecem cursos e treinamentos para seus funcionários, mas a que custo? O sentido correto destaca-se através da importância de tornar esses sujeitos (operários) críticos e conscientes das relações de poder que existem no ambiente de

trabalho, cientes das tomadas de decisões, cientes de que com essas iniciativas, estes também darão retorno às empresas, produzindo mais e gerando mais lucro.

Destacamos que, nesse sentido, entendemos que a democracia na atividade projetual não poderia acontecer senão por um design político, e não apenas politizado, no sentido de abrir a roda do design para uma participação efetiva e democrática. Não se trata aqui de inaugurar uma nova nomenclatura e tentar encaixar o design numa abordagem para os problemas de um sistema capitalista, ou mesmo contribuir para a sua manutenção; mas, sim: “compreendendo que o aspecto político não deve ser visto apenas como bandeira, tema, ou impacto social direto das práticas de design, mas interferir nas vísceras dos seus processos internos” (PORTINARI; NOGUEIRA, 2016, p. 33), ou ainda, ressaltar para os designers que, assim com Ehn, ao acreditarem nos seus designs com potenciais políticos ou sociais, acabam por reproduzir mecanismos de dominação (IDEM), algo que não dialoga com nosso objetivo.

#### 4.2 Democracia no design? Algumas considerações (finais?)

Considerando o design enquanto prática de projeto que traz para dentro do processo projetivo, participantes, poderíamos inferir que essa prática pode ser considerada democrática, no entanto, destacamos que para alguns autores, aos quais nos alinhamos, essa democracia só é atingida quando há a descentralização do poder, nos levando a perceber as nuances de um design autônomo. Nessa altura, não existe mais o designer mediador. Queremos pensar, através do design participativo, a democracia como um conceito central no codesign. Segundo Izídio (2021) “O Codesign é a redução do exercício do poder e das possibilidades de gerenciamento do designer no processo de design” (IZÍDIO, 2021, p. 69), ou seja, levam em conta as subjetividades do outro (participante). Essa percepção segundo Izídio (2021) está em consonância com o conceito de democracia agonística de Chantal Mouffe que objetiva criar espaços de contestação.

No artigo *Design and Democracy* de Gui Bonsiepe, o autor traz uma interpretação do termo democracia como participação “de modo que os cidadãos dominados se transformem em sujeitos abrindo um espaço de autodeterminação, e isso significa garantir um espaço para projetar por conta própria” (BONSIEPE, 2005, p. 29). Bonsiepe ainda defende a ideia de democracia como a redução da heteronomia (dominação por forças externas), oposto a autonomia.

É através dessa oposição às forças externas que acreditamos no design participativo, na participação e no ativismo como atividades democráticas, políticas e que podem promover a autonomia, distanciando da abordagem participativa que é frequentemente entendida (restringida) como método, que por sua vez necessita de uma mediação, entre quem detém alguma forma de poder dominante. Assim acreditamos que a participação não esteja igualmente localizada em camadas, limitada em etapas da atividade de design. É preciso deixar falar, é preciso ouvir, é preciso deixar “a trans falar”, e assim retomamos o objetivo deste estudo, elucidar que é através da participação que as práticas ativistas devem ser desdobradas e aplicadas, como nos mostra o ensaio; estar junto, provocar, refletir, prototipar/ensaiar, e esse entendimento abre espaço para pensar outros futuros, através do design.

É importante destacar que, a partir deste artigo, alcançamos o entendimento de que as práticas em design devem estar flexíveis ao ponto de permitir a introdução de novas formas de fazer, trata-se na verdade, de ouvir com atenção o que o campo nos diz. Não se trata de assumir que as propostas que dialoguem com os interesses dos designers, ou do projeto, por assim dizer, não sejam válidas, mas sim, de assumir que o campo é quem dita os processos que nele estão imbricados. Trata-se, na verdade, de entender o que podemos aprender com esses corpos trans que

ocupam espaços públicos e que causam tensões em seu cotidiano. Quais outras democracias precisamos para borrar essas fronteiras da sexualidade que impedem, principalmente, vidas trans.

## 5 Referências

ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO DA FAMÍLIA. **Sexualidade**. 12 julho 2014. Disponível em: <<http://www.apf.pt/sexualidade>>. Acesso em: 20 Junho 2021.

AVERSA, María Marta; MÁXIMO, Matías. **Si te viera tu madre: Activismos y andanzas de Claudia Pía Baudracco**. Ed. Edulp. Buenos Aires, 2021.

BESSE, Jean-Marc. **O Gosto do mundo: exercícios de paisagem**. EdUERJ, Rio de Janeiro, 2014.

BONSIEPE, Gui. **Design and Democracy**. Disponível em: <<http://direct.mit.edu/desi/article-pdf/22/2/27/1714078/desi.2006.22.2.27.pdf>>. Acesso em: 30 de Julho, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Editora: Civilização Brasileira. 2003.

BOTERO, Andrea. **Expanding design space(s): Design in communal endeavours**. Aalto Arts Books, Helsinki, 2013.

BRITTO, Marcos Vinícius Bohmer. **‘Diseño y autonomía’ de Arturo Escobar**. Redobra, nº 15, ANO 6, 2020. Disponível em: <[http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/18-REDOBRA\\_15-Resenha\\_Marcos\\_Britto.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/18-REDOBRA_15-Resenha_Marcos_Britto.pdf)>. Acesso em: 29 de Junho, 2022

EHN, Pelle. **Learning in participatory design as I found it**. In: Participatory design for learning. 2017, Routledge, London.

FUAD-LUKE, Alastair. **Design activism: beautiful strangeness for a sustainable world**. Earthscan, UK - London, 2009.

IZÍDIO, Luiz Claudio Lagares. **Design e democracia: fundamentos para uma prática cidadã**. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/360810734\\_DESIGN\\_E\\_DEMOCRACIA\\_FUNDAMENTO\\_S\\_PARA\\_A\\_PRATICA\\_CIDADA](https://www.researchgate.net/publication/360810734_DESIGN_E_DEMOCRACIA_FUNDAMENTO_S_PARA_A_PRATICA_CIDADA)>. Acesso em: 30 de Julho, 2022.

NORONHA, Raquel Gomes. **The collaborative turn: Challenges and limits on the construction of a common plan and on autonomía in design**. In: Strategi Design Research Journal, Vol. 11 No. 2 (2018): May/Aug Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/sdrj/article/view/sdrj.2018.112.08/60746384>>. Acesso em: 29 de Junho, 2022.

PRECIADO; Paul B. **Manifesto Contrassexual. Práticas subversivas de identidade sexual**. N-1 Edições, São Paulo, 2017

PORTINARI; Denise Berruezo; NOGUEIRA, Pedro Caetano Eboli. **Por um design político**. Estudos em Design | Revista (online). Rio de Janeiro: v. 24 | n. 3 [2016], p. 32 – 46. Disponível em: <<https://estudosedesign.emnuvens.com.br/design/article/view/379>>. Acesso em: 29 de Junho, 2022.

RODRIGUES, Carlos Delano. **O design em assembleias projetuais: desafios e alternativas para a sustentabilidade do projeto participado em bairros vulneráveis**. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/20736>>. Acesso em: 29 de Junho, 2022.

SPINUZZI, Clay. **The methodology of participatory design.** Society for technical communication. v. 52, n. 08, maio 2005.